

As deputadas federais do Partido Liberal (2023-27): um estudo sobre as ameaças ao feminismo e à democracia

The federal deputies of Liberal Party (2023-27): a study on the threats of the feminism and democracy

Iurca Lazzariny dos Santos Rodrigues^a, Clécia Trindade Almeida de Jesus^b, Maria Inês Caetano Ferreira^c

Resumo Este artigo apresenta estudo sobre as deputadas federais do Partido Liberal em exercício na 57^a legislatura (2023-2027), visando compreender como se processa a defesa dos ideais antifeministas por essas legisladoras, vocalizadoras de valores extremistas. Os conceitos de contrapúblico e neoconservadorismo ancoram a discussão teórica. Foi realizada pesquisa exaustiva na imprensa para a construção dos perfis das deputadas e da elaboração de perfis, que informam as singularidades e as diferenças entre elas. Os resultados indicam que o perfil e ações das legisladoras favorecem ameaças a direitos conquistados pelos movimentos feministas nas últimas décadas.

Palavras-chave Neoconservadorismo. Polarização. Feminismo. Antifeminismo. Democracia

Abstract This article presents a study on the federal deputies from the Liberal Party in the 57^a legislature (2023-2027) aiming to understand how the defense of anti-feminist ideals is carried out by these legislatures, vocalizers of extremist values. The concepts of counterpublic and neoconservative anchor the theoretical discussion. Exhaustive research was carried out in the press to create profiles of the deputies, which inform singularities and differences between them. The results indicate that the profile and actions of legislatures favor threats to rights won by feminists movements in recent decades

Keywords Neoconservatism. Polarization. Feminism. Antifeminism. Democracy.

^a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Ufrb). E-mail: iurcalazzariny@gmail.com

^b Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: ciso.psi.ct@gmail.com

^c Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: inesferreira@ufrb.edu.br



INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta estudo sobre os modos como se processa a defesa dos ideais antifeministas pelas deputadas federais do Partido Liberal (PL) em exercício na 57^a legislatura (2023-2027), vocalizadoras de valores extremistas, no atual processo de confronto contra os princípios do feminismo. A batalha pela inclusão da mulher na política é uma das bandeiras dos movimentos feministas e, após a conquista de mecanismos institucionais para garantir a representação feminina, verifica-se que deputadas de movimentos neoconservadores ingressam na política para solapar os direitos conquistados. Esse é um fenômeno internacional, ao qual o Brasil se integrou com a eleição de Bolsonaro, no movimento de contrapúblico, pelo qual grupos de extrema-direita buscam limitar direitos de minorias que lhes parece dominar culturalmente. A metodologia adotada foi o levantamento exaustivo de notícias sobre as deputadas nas mídias comercial e alternativa, elaborando perfis, a partir dos quais foram concebidas categorias, que expressam as singularidades e as diferenças entre as legisladoras. Os resultados evidenciam que os princípios e as ações dessas legisladoras ameaçam os direitos conquistados pelos movimentos feministas, exigindo a reflexão da necessidade de movimentos progressistas elaborarem estratégias para resistir ao avanço do extremismo e manter consigo setores de centro e da centro-esquerda, multiplicando aliados na luta por direitos e, sobretudo, pela continuidade da democracia. Este artigo está estruturado da seguinte forma, numa primeira parte faz-se a discussão teórica sobre o avanço dos movimentos feministas e a reação neoconservadora. Em seguida, na metodologia são explicadas as técnicas utilizadas e apresentados os resultados. Posteriormente, a análise e, então, as considerações finais.

DO FEMINISMO AO ANTIFEMINISMO

A contestação à submissão das mulheres, relacionada à divisão entre as esferas pública e privada, é uma das principais particularidades do pensamento feminista. Pateman (1993) relata que a sujeição das mulheres na esfera privada foi concebida no contrato social, que como ato racional, criou a sociedade civil, na qual os homens, considerados racionais, são livres e iguais. Em contraste, por não serem consideradas racionais, as mulheres não são livres nem iguais, cabendo-lhes a esfera privada, local do contrato sexual, pelo qual os homens têm acesso aos corpos femininos, exercendo o direito patriarcal. A diferença entre os sexos, que determina que eles são racionais e elas não, justifica a desigualdade. A racionalidade deles confere o direito à posse da propriedade sobre as mulheres.

A esfera pública é o espaço da política, marcada pela impessoalidade, universalidade e cidadania, em contraste, a privada, pela intimidade, pessoalidade e individualidade. A intervenção do Estado sobre as desigualdades da esfera privada introduz elementos da esfera pública - como a igualdade e a cidadania - problematizando a subordinação feminina e refutando o aspecto natural das diferenças hierárquicas entre homens e mulheres. As teorias feministas apontam que, numa sociedade democrática, é impossível desunir a esfera política da vida pública com a da vida privada. Para que as mulheres possam ter autonomia e liberdade, é necessário politizar a esfera privada (MIGUEL, BIROLI, 2014).

A crítica à divisão das esferas privada e pública e suas consequências para a desigualdade entre os gêneros perpassa todas as fases dos movimentos feministas. Na primeira fase, no século XIX, prevaleceu a luta das mulheres pela educação, pela igualdade no casamento e pela posse da propriedade e pelo direito do voto (CELI, 2010 e MIGUEL e BIROLI, 2013). A luta pela educação buscou afirmar a racionalidade da mulher e, assim, o trânsito no mundo público, à universalidade e à cidadania. A igualdade no casamento e a posse contestou a ideia da incapacidade feminina de gerir a propriedade e gozar dos direitos a ela associados. Por fim, o direito ao voto possibilitou às mulheres se revelarem como sujeitos com necessidades próprias, independente de seus maridos e pais, capazes de apresentarem suas demandas à esfera pública e requerer que elas fossem consideradas.

Nos anos de 1960 houve desencanto com a luta pela participação na política, centrou-se na contestação das relações de poder no trabalho, no relacionamento entre homens e mulheres e no direito de a mulher decidir sobre seu próprio corpo (CELI, 2010). O movimento feminista se popularizou com os trabalhos de Simone de Beauvoir e de Betty Friedan, analisando a repressão da sexualidade e a infantilização feminina (MIGUEL e BIROLI, 2013). Nesse período, o Brasil vivia a repressão do regime militar. Na década de 1980, com a redemocratização, o movimento feminista se profissionalizou por meio da atuação nas ONGs (CELI, 2010), resultando na criação de mecanismos institucionais para o Estado implementar direitos para mulheres. A concepção da divisão entre as esferas público e privada perdeu a hegemonia em razão dos movimentos das mulheres na esfera da reprodução, como movimentos de bairros e clubes de mãe. Com isso, a esfera da reprodução conquista status de público e a esfera privada se converte, então, em pública (ARAÚJO 2001).

Rocha, Solano e Medeiros (2021) abordam a esfera pública pós-burguesa institucionalizada no Brasil após o período do regime militar, que culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988, a mais democrática das Cartas

brasileiras, que integrou demandas de grupos subalternos. Esse argumento se ancora no conceito de contrapúblicos subalternos de Fraser (1997), em que grupos subalternos inventam e fazem circular discursos com interpretações acerca de suas identidades e interesses diferentes do discurso da esfera pública hegemônica. Esse conceito abrange potencial emancipatório, opondo-se a condições de dominação. Os direitos conquistados pelos diversos grupos subalternos que lutaram contra o regime militar no Brasil traduzem essa noção de contrapúblicos subalternos, inclusive os alcançados pelos grupos feministas, incluindo as novas concepções de espaços públicos e políticos, que passaram a incluir a esfera da reprodução, antes desassociada da esfera pública. Rocha e Medeiros (2021) sublinham a importância da percepção dos membros do grupo responsável pela produção do contrapúblico de que eles são dominados culturalmente, sendo esse sentimento o responsável pelas ações políticas, visando chamar atenção da sociedade para tal dominação.

Na década de 1990, os movimentos feministas enfatizaram a diversidade entre as mulheres, atuando por meio de ações em redes globalizadas, resultando nas conferências pelas Nações Unidas, como a de 1995, em Pequim, quando o conceito de gênero foi adotado como uma das bases para a compreensão da situação das mulheres na sociedade e foi imposto aos países signatários – entre eles, o Brasil – na elaboração e execução de ações contra as desigualdades que afetam as mulheres.

Nos anos 2000, em muitos países da América Latina, os movimentos feministas e LGBT apoiaram e participaram de governos de orientação progressista, na chamada Onda Rosa (FRIEDMAN e TABBUSH 2019). As militâncias desses movimentos auxiliaram os governantes a conquistarem o poder, o que lhes possibilitou influenciar as pautas governamentais, com a implementação de políticas inclusivas em países marcados por profundas desigualdades de gênero.

Fernandez e Sólis (2022) registram que, atualmente, os movimentos feministas abordam infinidades de temas, como as questões ambientais, o extrativismo e o agronegócio, a pobreza, a desigualdade social, a precarização do trabalho, o encarceramento em massa, o narco Estado, o racismo institucional, a soberania sobre os corpos.

A institucionalização de políticas de gênero, com as conferências internacionais das Nações Unidas, foi uma das alavancas para a explosão de movimentos neoconservadores, visando a apropriação do Estado e, consequentemente, a erosão das políticas de igualdade de gênero. Vale ressaltar a atuação da Igreja Católica que, em 2004, publicou documento contra o que foi chamado de feminismo radical, enfatizando a vocação maternal das mulheres e seu papel na família, em seguida, esse discurso passou a ser protagonizado também por protestantes. Rocha e Medeiros

(2021) expõem que o conceito de contrapúblico atualmente também é empregado para explicar a reação de grupos de direita insatisfeitos com conquistas por parte de minorias, como mulheres, negros, população LGBT e outros. Na concepção desses grupos de extrema-direita há um processo de dominação relacionado a direitos conquistados por minorias, como as feministas. Nesse caso, o antifeminismo é um exemplo de contrapúblico por parte de grupos de extrema-direita, que se consideram culturalmente – não materialmente – dominados pelo discurso feminista. Bonet-Marti (2021, p. 62) define o antifeminismo a partir de suas distinções em relação à misoginia, relacionada ao ódio às mulheres; ao machismo, definido como um conjunto de práticas e crenças que pleiteia a superioridade do sexo masculino ao feminino e ao sexismo, delimitado como um sistema de crenças e atitudes que buscam reproduzir a ordem patriarcal. Para esse autor, o feminismo contempla todos esses três conceitos, mas é mais avançado na medida em que está articulado como contramovimento organizado, tem sofisticação cognitiva e capacidade de evolução e adaptação ao contexto histórico e cultural. Assim, o antifeminismo se coloca como um processo sofisticado, complexo e multidimensional.

O bolsonarismo e a consequente eleição de Bolsonaro é parte de movimentos internacionais de contrapúblico de extrema-direita, que contestam aquilo que os bolsonaristas sentem como dominação de pautas progressistas. Rocha, Solano e Medeiros (2021) acentuam o contramovimento de Bolsonaro e seus seguidores contra a ampliação de direitos e a democratização do país a partir da Constituição Federal de 1988 por meio da romantização do período do regime militar brasileiro, quando, segundo eles, havia mais segurança, menos bagunça e confusão. A democratização, nessa visão, seria uma forma de bagunça, que ameaça os direitos das pessoas de bem. Embora faça alusão ao conservadorismo de tempos passados, Inocêncio e Galetti (2021) esclarecem as diferenças entre o mencionado conservadorismo do passado e o neoconservadorismo dos bolsonaristas. Se o conservadorismo moral clássico se ancora em ideias iluministas e, por isso mesmo, envolve a racionalidade, a laicidade, a tolerância; o neoconservadorismo moral se sustenta em crenças e afetos, acentuando os interesses individuais, o que expressa sua articulação com o neoliberalismo.

Wendy Brown (2019) relaciona o neoconservadorismo ao neoliberalismo, expondo os valores que sustentam os movimentos antagônicos aos princípios do feminismo. A família é elemento importante nas concepções do neoliberalismo, pois, diferente das regulamentações estatais, a organização familiar não se choca com as interações espontâneas do mercado, nela se pratica o autogoverno. Vale destacar que essa família se torna um esteio contra as intempéries provocadas

pelo próprio neoliberalismo, em virtude das restrições às políticas sociais e aos direitos trabalhistas. A família é suporte contra as vulnerabilidades socioeconômicas, mas para isso ela deve seguir o modelo de família das tradições cristãs, ancorado na desigualdade hierárquica e na complementaridade dos papéis de homens e mulheres. Trata-se de um processo para naturalizar as desigualdades hierárquicas contestadas e enfrentadas pelo feminismo.

Bonet-Martí (2021, p. 6) apresenta formas de antifeminismo, entre elas o antifeminismo de Estado, cujo objetivo é limitar os direitos sexuais e reprodutivos. Vale ressaltar que a gestão Bolsonaro executou feminismo de Estado, na medida em que desenvolveu políticas visando reprimir direitos conquistados anteriormente, favoráveis à igualdade de gênero, fortalecendo o modelo de família cristã, inclusive como resposta às vulnerabilidades do modelo neoliberal, que envolve a retração das políticas sociais, como descrevem Horst e Alves (2024) ao problematizarem o Programa Fortalecimento das Famílias, implementado pelo, então, Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que buscou capacitar pais e mães para lidarem com comportamentos de risco, como uso de drogas e gravidez precoce, ao mesmo tempo em que disseminava a responsabilização da família pelos dramas associados à situação de vulnerabilidade social.

Para Fernandez e Solis (2022) o neoconservadorismo é propositivo, daí a afirmação de apoio às mulheres, opondo-se somente ao feminismo, este sim, o inimigo. A proposição também se exemplifica na acusação de que o feminismo discrimina os homens; de que a luta contra as desigualdades não passa de vitimização de quem reclama e espera que o Estado lhes dê o que eles deveriam alcançar por mérito e, por fim, de relacionar o feminismo a projetos de elites globalistas, conspirando contra o povo e provocando problemas socioeconômicos.

Biroli (2020) destaca que os valores defendidos pelos movimentos neoconservadores ameaçam à democracia, pois resistem a conceitos como pluralidade, proteção a minorias, direito à livre expressão e à oposição, legitimando lideranças autoritárias. No espaço público da democracia a convivência se pauta pela tolerância, o outro pode ser um rival, com quem se faz necessário negociar interesses. Na lógica da despolitização da esfera pública e da valorização da esfera privada o outro, em vez de rival, torna-se um inimigo, com quem é impossível dialogar.

A derrota de Bolsonaro, em 2022, por estreita margem de vantagem em relação ao candidato Lula, não significou a destituição do movimento reacionário no país. O volume de votos de Bolsonaro foi acompanhado pela eleição de ampla bancada no legislativo federal, sustentando esse movimento que ameaça a democracia do país.

O objetivo deste artigo é compreender como se processa a defesa dos ideais antifeministas pelas deputadas federais do Partido Liberal (PL), vocalizador de valores extremistas, sob a influência direta do ex-presidente Bolsonaro e de seus apoiadores. A relevância da compreensão do antifeminismo por parte de partidos de direita é apontada por Bonet-Marti (2021), em razão do crescimento dessas agremiações. A Câmara Federal é um destacado ambiente de formação da agenda do país, campo fértil para a disseminação de concepções do mundo, com ampla visibilidade. Desse modo, os ideais antifeministas e antidemocráticos defendidos pelas deputadas federais do PL ganham projeção, conquistando simpatizantes. Vale ressaltar que a participação das mulheres nesse espaço público é consequência, entre outros motivos, da luta das feministas, pela inclusão na política. Faz-se necessário compreender os modos como as deputadas federais do PL se integram a esse espaço - inclusive utilizando mecanismos de reparação, como as quotas de gênero – com a finalidade de contestar a batalha pela isonomia dos sexos. Entre os objetivos específicos do estudo, aqui apresentado, aponta-se a verificação do nível de engajamento das eleitas e o tipo de apoio delas às pautas extremistas, visando averiguar pluralidades no grupo das deputadas pefelistas e, desse modo, depreender as motivações que conduzem mulheres a se associarem a um projeto orientado por valores radicais.

METODOLOGIA E RESULTADOS

A pesquisa foi realizada com as deputadas federais em exercício pelo PL, na 57^a legislatura (2023-2027). A opção pelo estudo das deputadas em exercício, em vez das eleitas, justifica-se pelo fato de as primeiras ocuparem o plenário, disseminando valores, e interferirem diretamente na elaboração de políticas, por meio do voto nas comissões e no plenário. Atualmente o PL conta com 17 deputadas em exercício, como indicado no quadro a seguir:

Quadro 1. Distribuição das deputadas em exercício do PL, segundo estados da federação, 2023-2027

NOME	ESTADO
Silvia Waiãipi ¹	Amapá
Sonize Barbosa	Amapá
Sílvia Cristina	Rondônia
Roberta Roma	Bahia
Detinha	Maranhão
Bia Kicis	Distrito Federal
Amália Barros ²	Mato Grosso
Coronel Fernanda	Mato Grosso
Rosângela Reis	Minas Gerais
Soraya Santos	Rio de Janeiro
Chris Tonietto	Rio de Janeiro
Rosana Valle	São Paulo
Carla Zambelli	São Paulo
Júlia Zanatta	Santa Catarina
Daniela Reinehr	Santa Catarina
Caroline de Toni	Santa Catarina

Fonte: Câmara dos Deputados

A justificativa para o estudo das deputadas do PL é o fato de o partido apoiar as pautas do bolsonarismo. No partido há o PL Mulher, presidido pela ex-primeira dama, Michele Bolsonaro, tendo como missão estimular a participação de mulheres na política.

A base para a pesquisa foi a plataforma Divulcand, do Tribunal Superior Eleitoral, e o sítio da Câmara Federal, que informa o perfil das legisladoras e as atividades legislativas; em seguida, realizou-se extensa pesquisa em jornais, sites e *blogs*. Num primeiro momento, considerou-se contemplar as redes sociais das deputadas como fonte de pesquisa, no entanto, na maior parte dos casos o conteúdo dessas redes se limitava à publicação de apoio a efemérides ou anúncios gerais que não revelavam singularidades da legisladora. Foram levantados e analisados 151 textos de jornais, sites e *blogs*³ sobre as dezessete deputadas do PL, publicados

¹ Deputada teve mandato cassado em junho/2024 pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

² Deputada faleceu em maio/2024

³ Os jornais e *blogs* pesquisados foram os seguintes: Carta Capital, CNN, Agência Brasil, TSE, Poder 360, Correio Braziliense, Migalhas, G1, Intercept, Soucatarina, Revistaoeste, O Globo, UOL, Blogdoprisco, Revista Forum, Hora Certa Notícias, RCTV, SCC SBT, Portal Makinof, Metrópoles, BBC Brasil, Notícias do Dia, Ipatinga Portal da Cidade, Jornal Estado de Minas, O Tempo, Diário do Grande ABC, Tribuna do Sertão, Lance Notícias, Diário do Poder, Veja, Brasil de Fato, Mais Goiás, Rede Globo, Diário do Litoral, Portal Câmara Notícias, PL Mulher, O Dia, PSDB Mulher, Folha de S.Paulo, INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos, FUNAI, APIB,

entre 01/01/2022 a 01/03/2024, cobrindo o ano da eleição para a Câmara e o primeiro ano da 57^a legislatura. Algumas poucas notícias relataram fatos importantes ocorridos em data anterior, exigindo pesquisa de publicações de 2019 a 2021. Os 151 textos levantados foram lidos com atenção, em seguida, foram elaboradas planilhas por região e por deputadas, com o registro dos conteúdos que informassem sobre a trajetória das deputadas, valores, pautas e ações que traduzissem seus perfis, buscando identificar aspectos comuns e singulares entre elas, com isso o material foi sistematizado, discriminando as informações sobre perfil, ações e valores das deputadas. Consecutivamente, foram elaboradas categorias, reunindo as legisladoras em grupos. A categorias esclarecem os diferentes modos de participação das 17 deputadas no PL, indicando haver motivações específicas e distintas para integração a esse movimento político, marcado pela defesa de valores extremistas e antidemocráticos. A distribuição das categorias foi disposta por meio da denominação de “bancada”, são elas:

Bancada das ideológicas: Bia Kicis, Carla Zambelli, Chris Tonieto, Caroline de Toni, Júlia Zanatta e Daniela Reihner. Elas defendem valores centrais do movimento internacional de extrema-direita, com intensa atuação nas redes sociais.

Bancada das militares: Sílvia Waiãpi, primeiro-tenente do Exército, e Coronel Fernanda, policial militar. Elas manifestam o compromisso de Bolsonaro com os militares, defendendo valores como pátria e segurança.

Bancada do capital familiar: Roberta Roma e Amália Barros, ingressaram na política por apoio e interesse de seus maridos.

Bancada das não extremistas: Rosana Valle, Sílvia Cristina, Rosângela Reis, Sonize Barbosa, Detinha e Soraya Santos. Elas não se destacam na defesa de valores extremistas.

BANCADA DAS IDEOLÓGICAS

Carla Zambelli foi uma das fundadoras do Femen, que defende direitos das mulheres, depois, ajudou a fundar o movimento de direita “Nas Ruas”. Ela se diz liberal na economia e conservadora nos costumes. Em 2015, promoveu campanha misógina e difamatória contra Dilma Rousseff, acorrentando-se na Câmara dos

Diário do Pampa, Blog do Silvio Souza, Extra de Rondônia, Amazônia Legal ORG, Anota Bahia, Bahia sem Fronteiras, Aratu On, Bahia Econômica, ABRAJI, Tribuna de Ituverava, Diário do Município de Anápolis, Repórter Brasil, MPE Goiás, Mais Goiás, Jornal Local, Políticos Org. Br, O Popular, Primeira Página, A Bronca Popular, Repórter Mato Grosso, Expresso 661, Canal Rural, Rádio Cultural Linhares, Brasil Amazônia, Diário do Amapá, Revista Piauí, Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal, Correio da Bahia, Agência Pública, Congresso em Foco, Jornal da Cidade Online

Deputados para pressionar o então presidente a abrir processo de impeachment. Em 2018, adotou o discurso contra a ideologia de gênero. Defendeu os projetos Escola sem Partido e *Homeschooling*, assim como a liberação do porte de arma de fogo. É acusada de incentivar atos democráticos, inclusive tentou convencer um comandante da Marinha a apoiar o golpe de 08/01/2023, é investigada pelo hackeamento do sistema do Conselho Nacional de Justiça. Zambelli foi aluna de Olavo de Carvalho.

Bia Kicis também foi aluna de Olavo de Carvalho, participou da fundação dos movimentos de direita Revoltados ON LINE e Nas Ruas. É investigada no processo das *Fake News* e também no que apura a organização e financiamento dos atos antidemocráticos de 08/01/2024. Votou favorável aos projetos Escola sem Partido e *Homeschooling*. Foi acusada de racismo por publicação criticando o sistema de cotas. Argumenta que o feminismo não defende a mulher, mas combate o conservadorismo para destruir a família tradicional.

Chris Tonietto iniciou a vida política em comunidades católicas. Ela se opõe ao que chama de ideologia de gênero, defende do Estatuto do Nascituro, criminalizando o aborto desde a concepção, porque “não se pode combater o crime do estupro com o do aborto”. Ela defende o projeto Escola sem Partido, a maioridade penal como modo de combater a violência e a facilitação no porte de armas. A deputada foi condenada pela justiça por associar as pessoas LGBTQIA+ à pedofilia. Na opinião de Tonietto, as informações sobre o desmatamento na Amazônia são exageradas e manipuladas, com o objetivo de prejudicar Bolsonaro.

Julia Pedrosa Zanatta se autodefine como “mãe, esposa, advogada, jornalista e antifeminista do fuzil”. Iniciou a vida política como assessora de imprensa de importante político catarinense, desenvolvendo amizade com Eduardo Bolsonaro. Ela defende a liberação do armamento civil para a legítima defesa da vida e a propriedade, a liberdade de expressão, a luta por menos impostos, a economia livre e sem burocracias e a educação sem doutrinação ideológica. Ela se envolve em várias polêmicas, como a foto na qual segura uma metralhadora e veste uma blusa com a imagem de uma mão com quatro dedos (imagem associada a Lula), perfurada por três tiros. É citada no inquérito dos atos antidemocráticos de 08/01/23, havendo sugestão de sua proximidade com o caminhoneiro acusado de tentar explodir uma caminhão-tanque nas proximidades do aeroporto de Brasília. Zanatta explica que, por causa de sua filha, passou a se preocupar com a esquerda, que prega a doutrinação ideológica e sexual. Para ela as feministas são autoritárias porque impedem o posicionamento das não-feministas.

Caroline de Toni também foi aluna de Olavo de Carvalho, com quem se interessou pela militância pelos valores da extrema direita. Ela se opõe às cotas raciais e de gênero. Sobre as cotas de gênero nas eleições, ela se opõe porque as mulheres não se interessam por política. Em relação aos problemas enfrentados pelas mulheres no mundo da política, Caroline afirma que não são diferentes dos enfrentados pelos homens. Caroline milita pela proibição do aborto desde o início da gestação, pelo endurecimento das leis penais, contra a liberação de drogas e a favor da família. Foi acusada de atuar nos atos antidemocráticos de 08/01/24.

Daniela Reinehr é advogada, produtora rural e foi policial militar por três anos. Iniciou a vida política em 2013 no movimento “Nas Ruas” e na liderança de manifestações contra o governo Dilma Rousseff. A deputada foi destaque na imprensa por causa do seu pai, Altair Reinehr, professor de história, que defendeu e divulgou conteúdos antisemitas, negando a ocorrência do holocausto e de crimes da Alemanha nazista. Ela foi apontada como governadora neonazista, mas refutou qualquer apoio a ideias que questionam o holocausto. Ela se opôs ao projeto de igualdade salarial entre homens e mulheres, junto com Tonietto, Bia Kicis, Zambelli, Caroline de Toni e Zanatta. Daniela propõe que clube de tiro seja tombado como patrimônio histórico.

BANCADA DAS MILITARES

Coronel Fernanda ingressou na polícia militar em 1996, em 2018 se lançou ao Senado a convite de Bolsonaro, só foi eleita em 2022, como deputada. Suas pautas levantam as bandeiras do militarismo e da segurança pública. Ela é investigada por participação nos atos antidemocráticos de 08/01/2023. É fervorosa inimiga do comunismo. Ela convidou a Ministra da Saúde, em 2023, para reunião na Câmara para explicar o uso de termos de gênero e linguagem neutra em portaria que institui um programa da Pasta. Bolsonaro pediu votos para a Coronel Fernanda, argumentando que ela era parceria na defesa de questões como ideologia de gênero e defesa da família.

Sílvia Waiápi é tenente do exército. Ela busca sugerir um perfil resiliente, sempre superando dificuldades, com força de vontade e determinação. Ela nasceu numa tribo indígena no Amapá, por problemas de saúde na infância, foi transferida para o hospital na cidade, deslumbrando-se com a modernidade e a civilização. Ela é muito próxima de Bolsonaro, assumiu a Secretaria de Saúde Indígena, no Ministério da Saúde, no movimento de sugerir a simpatia de Bolsonaro aos indígenas. Como indígena, ela atuou para desmontar o atendimento de saúde ao seu

povo. Sílvia foi acusada de transfobia porque sugeriu que mulheres trans não são mulheres.

BANCADA DO CAPITAL FAMILIAR

Essas deputadas foram eleitas com o apoio dos maridos. O esposo de Amália, Thiago Boava, é agropecuarista, não ocupa cargo político, mas é influencer de sucesso entre extremistas de direita, prega apoio às pautas de Bolsonaro. Amália foi eleita com o apoio financeiro e midiático do marido. Ela é monocular, exibe imagem de mulher resiliente, que supera a deficiência. Amália é afilhada política de Michele. Ela se opõe à ideologia de gênero e apoiou o ato transfóbico do deputado Nikolas Ferreira. Roberta Roma é casada com o ex-ministro da Cidadania de Bolsonaro, que controlou importantes programas de transferência de renda. Ela se elegeu no movimento das candidaturas do marido – que é de família tradicional pernambucana - para o governo do estado e de Bolsonaro, à presidência da República. Ela defende as pautas do agronegócio. Amália e o marido Thiago Boava e o casal Roma são apoiadores fiéis e amigos íntimos do casal Bolsonaro.

BANCADA DAS NÃO RADICAIS

Esta bancada se compõe de deputadas que não defendem valores radicais, a maioria delas, defensora de pautas femininas. Rosana Valle foi eleita em 2016 pelo PSB, representando interesses da Baixada Santista, onde nasceu e trabalhou como repórter de televisão. Migrou para o PL, em 2023 foi indicada por Bolsonaro para concorrer à prefeitura de Santos, é presidente do PL Mulher/SP.

Soraya Santos está na política há mais de 20 anos, foi filiada ao MDB e ao PSDB, antes de ingressar no PL, em 2018, seu nome está envolvido na acusação de uso de recursos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro para pagar militantes de sua campanha. A deputada defende direitos das mulheres. Sonize tem trajetória política consolidada em seu estado, junto com seu marido, deputado estadual. Ambos respondem a processo por uso indevido de recursos na campanha eleitoral. Sílvia é jornalista, foi eleita em 2016 pelo PDT, migrando para o PL, é a primeira deputada negra de um estado onde Bolsonaro venceu com mais de 70% dos votos. Rosângela Reis tem longa trajetória política em Minas Gerais, foi filiada a vários partidos políticos, tendo enfrentado conflitos ao ingressar no PL. Pelo material recolhido na mídia, é a mais próxima de valores radicais dessa bancada, tendo defendido a ocupação nos quartéis, em oposição à vitória de Lula para Presidência, além de apoiar a família cristã, participa das bancadas evangélica, do agronegócio e da segurança pública. Detinha é casada com o também deputado federal, Josimar

de Maranhãozinho (PL). Ela tem trajetória política consolidada no estado, sempre acompanhada do marido, uma das principais lideranças políticas do Maranhão, já tendo sido investigado pela Polícia Federal sobre desvio de recursos públicos na área da saúde, foi o deputado que mais obteve emendas parlamentares para a saúde e seu patrimônio apresenta crescimento exponencial. Seu poder cresceu com a queda da influência do ex-presidente José Sarney no Maranhão, tendo apoiado Flávio Dino (ex- PCdoB), de quem se tornou oposição. A deputada tem votado contra orientações do partido, apoiando pautas do governo Lula. Exceto o caso de Detinha, as outras deputadas dessa bancada têm em comum o fato de terem sido eleitas em estados onde Bolsonaro obteve ampla votação no 2º turno para Presidência em 2022.

ANÁLISE

As deputadas ideológicas desempenham papel essencial no PL e no movimento de extrema-direita no país. Algumas delas foram alunas de Olavo de Carvalho, teórico responsável pela formação de várias lideranças. Elas estão sempre em evidência, disseminando os valores extremistas. A luta contra o aborto desde a concepção é um ponto que une as deputadas do PL, sob o comando de Chris Tonietto. Marsicano e Burity (2021) demonstram como essa pauta exemplifica o confronto dos grupos políticos extremistas contra o feminismo. Os autores explanam que, desde a década de 1990, movimentos feministas no Brasil e no mundo lutam pelo aborto legal e seguro, conquistando alguns mecanismos institucionais, hoje em perigo. Grupos religiosos associam tais conquistas à ruína da família tradicional, os movimentos feministas são apontados como patrocinadores da decadência das instituições.

Os discursos das ideológicas indicam que a extrema-direita oferece espaço para as mulheres, buscando engajar novas adeptas, a inspirar mães a socializarem seus familiares dentro dos valores tradicionais, a despertar reconhecimento e pertencimento entre as mulheres. Aqui, pode-se retomar o raciocínio de Fernandez e Solis (2022) sobre as oportunidades para mulheres nos movimentos de extrema-direita, contribuindo para consolidar valores que buscam naturalizar as diferenças entre os sexos.

Ainda perseguindo essas duas autoras, observa-se a tentativa de inversão do discurso, pois as feministas são acusadas de serem preconceituosas contra os homens e contra as antifeministas, a luta pelos direitos das minorias, pela pluralidade, é convertida em violência. O discurso agressivo, politicamente incorreto, intolerante dessas deputadas sugerem o uso da política de choque para chamar

a atenção da sociedade para uma relação de dominação cultural, como descrito por Rocha e Medeiros (2021). Os discursos e ações das deputadas ideológicas se encaixam no movimento de contrapúblico por parte de mulheres que se sentem dominadas pela suposta hegemonia das feministas. Elas acreditam nessa dominação e atuam para convencer novos seguidores sobre a dominação das minorias.

A luta política por direitos das minorias é anunciada como uma intimidação às garantias de toda a sociedade, a sociedade deve ser composta por pessoas iguais. A ampla defesa dessas deputadas ao programa Escola Sem Partido exemplifica a luta pela homogeneidade. Oliveira e Oliveira (2021) explanam que esse programa, de autoria de um deputado pastor, traz inspiração religiosa, buscando instituir referências sobre família e sexualidade nas escolas públicas, impondo obstáculos à autonomia de educadores no desenvolvimento de uma educação democrática, instruindo valores como a tolerância e o respeito à diversidade. A defesa da *homeschooling* manifesta a desvalorização da convivência num espaço plural. Cury (2019) explicar tratar-se de movimento em que pais buscam que a educação de seus filhos ocorra em casa em vez da escola, contra má qualidade ou outros problemas apontados nas escolas. Esse autor explicita que o Estatuto da Criança e do Adolescente obriga os pais a matricularem seus filhos em rede regular de ensino. A escolaridade obrigatória, prossegue Cury, visa possibilitar a todos os brasileiros o desenvolvimento da cidadania, o pleno desenvolvimento da pessoa humana. Na escola, aprende-se, também, a convivência e a tolerância. Contudo, como já colocou Biroli (2020) princípios democráticos, como a pluralidade, são derrotados, porque no extremismo o rival se torna inimigo a ser abatido, daí o envolvimento de parte dessas deputadas nos atos antidemocráticos de 08/01/2023. A luta dos movimentos feministas pela igualdade e integração no mundo público contesta dois princípios básicos dos extremistas, a saber: a negação de que a desigualdade entre os sexos é natural e a defesa da política, como possibilidade de negociar diferenças e impor limites à ação dos sujeitos, visando garantir os direitos de todos na sociedade. Isso porque o fundamento dos princípios extremistas é a desigualdade entre os sexos, que salvaguarda a complementaridade e, assim, a proteção contra a vulnerabilidade social pela família, como discutido por Brown (2019) e Biroli (2020) acerca das conexões do neoconservadorismo com o liberalismo.

As deputadas ideológicas do PL informam e influenciam o comportamento das companheiras de partido, buscando criar uniformidade nas condutas das legisladoras. Elas são essenciais no PL e no movimento da extrema-direita. O intenso uso das redes sociais pelas ideológicas, como informam Pereira e Coutinho (2019), potencializa o discurso de polarização entre os bons e os maus, robustecendo

a intolerância contra feministas, esquerdistas, ambientalistas e legitimando os discursos de ódio (SPONHOLZ, 2020).

A vigorosa defesa da liberação da posse de arma de fogo pela maioria das deputadas ideológicas se revela uma armadilha para as mulheres brasileiras. Enquanto as deputadas intercedem pelos interesses da indústria de armamento e de empresários do campo e da cidade que justificam a necessidade de autodefesa; as mulheres são assassinadas por seus companheiros com arma de fogo. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), em 2022, 69,3% dos casos de feminicídio ocorrem em casa e 26,3% são efetuados com arma de fogo. Informações do Instituto Sou da Paz (2024) que, considerando a série histórica de 2012 a 2022, uma em cada duas mulheres assassinadas no país é vítima de arma de fogo, sendo que a cada ano, mais de duas mil mulheres são assassinadas com arma de fogo no Brasil. As medidas que facilitam o porte de arma é uma ação que vitimiza mulheres, dentro ou fora de casa, seja por companheiros ou desconhecidos. A proporção de mulheres com porte de armas é muito inferior a de homens, portanto, trata-se de uma agenda que ameaça a vida das mulheres.

As duas deputadas da bancada militar fortalecem o elo de Bolsonaro com o militarismo, seja pela inclusão de militares em cargos públicos, seja pelo uso da simbologia relacionada a esse setor, que ainda parece ligada a elementos do regime militar, num movimento de recuperação do tempo mítico do país, quando não havia violência, os valores morais eram respeitados, a economia era pujante e os movimentos sociais eram controlados para não ameaçar os empreendedores. Coronel Fernanda pretende criminalizar o comunismo, para ela, mais perigoso do que o nazismo. Ela relaciona o comunismo a direitos dos trabalhadores, que prejudica a liberdade dos empreendedores, responsáveis pelo progresso do país. As propostas e ações de Waiãpi fortalecem os antigos ideais do regime militar da expansão agropecuária na Amazônia, modernizando a economia e civilizando os indígenas. Nessa lógica, a defesa dos povos originários é um entrave ao desenvolvimento da economia do país e dos próprios indígenas. Ela desconsidera a relação dos povos indígenas com a terra, com a tradição e com os costumes. Essas deputadas parecem uma representação do discurso do bolsonarismo de romântizar o período da ditadura contra o processo de democratização, que redundou na Constituição Federal de 1988, como já abordado aqui por meio de Rocha, Solano e Medeiros (2021). Trata-se de processo de estratégia de contrapublicidade contra o arranjo construído no país após o regime militar, como consequência do processo de contrapúblico subalterno, com caráter emancipatório. Os discursos de ambas parecem fortalecer os argumentos de reposição de uma ordem hierárquica,

visando reorganizar uma desigualdade ameaçada pelos movimentos democráticos emancipatórios.

As deputadas da bancada do capital familiar são casadas com homens influentes econômica e politicamente, ambos próximos a Bolsonaro. O ingresso das duas na política não é consequência da influência de seus maridos e o principal motor das candidaturas foi a disputa do grupo bolsonarista para se manter no poder. Elas acompanham seus maridos nos atos de apoio a Bolsonaro, defendem as pautas morais, como a família tradicional e as econômicas, visando ampliar o poder do setor produtivo, diminuindo a intervenção estatal, como regra fiscal, ambiental etc. As agendas dessas deputadas se aproximam das do neoliberalismo, apresentadas por Brown (2019), interligando a rejeição à intervenção estatal na economia com a centralização das famílias de modelo tradicional.

O estudo de Silva et. al. (2023) sobre a 56^a legislatura identificou que o total de deputadas de partidos de direita era superior às de esquerda e, embora boa parte das direitistas tivessem trajetória política envolvendo a atuação em movimentos sociais da direita, muitas haviam sido eleitas com base no capital familiar, advindo principalmente dos cônjuges, mas também de pais e outros parentes. Nesse sentido, seguem atuais os resultados da pesquisa de Miguel et.al. (2015) sobre a relevância da influência do capital familiar na eleição, principalmente na de mulheres de partidos da direita.

As mulheres não extremistas não se expõem como as ideológicas e, talvez por isso, seja menos simples localizar informações sobre elas. A mineira Rosângela Reis é a que anuncia mais proximidade com a defesa de valores morais, ela se declarou avó e mãe cristã, mas, além disso, não foram localizados registros de manifestações radicais. Sílvia e Rosângela se tornaram conhecidas por apresentarem programas na televisão e estavam na política há uns poucos anos. Com a onda Bolsonaro, ambas migraram para o PL, o que ter sido estratégico, pois Bolsonaro venceu a eleição em seus redutos. Soraya é uma política fluminense com pouca inserção na mídia, não foram localizadas manifestações radicais. Sonize e Detinha, embora casadas com políticos influentes, já construíram suas próprias trajetórias políticas. Um aspecto que reúne essas duas últimas deputadas é a investigação sobre problemas no uso de recursos públicos. A análise do conteúdo das não radicais é que elas poderiam estar em qualquer outro partido de centro-direita, mas talvez tenham se integrado ao PL porque os partidos de centro-direita se apresentam frágeis com essa polarização, como é o caso do PSDB e reúnem poucos votos. No caso de algumas que possam ter tido alguma identificação com centro-esquerda, mas, com a atual polarização, a filiação a um partido de esquerda pode expor uma

posição radicalizada junto ao eleitorado de algumas regiões do país, dificultando a conquista de votos. Desse modo, a polarização, fomentada por personalidades como as ideológicas, atrofiam as opções de centro e de centro-direita. Detinha, por exemplo, não raramente, desobedece às orientações do PL e vota favorável ao governo Lula. Uma explicação é o fato de Lula ter obtido mais votos no Maranhão do que Bolsonaro. Assim, percebe-se que as não radicais são, também, pragmáticas, unem-se ao PL naquilo que parece promissor para suas carreiras políticas, mas não de modo absoluto.

Em suma, a partir da análise das informações sobre as deputadas em exercício pelo PL, constata-se a pluralidade das mulheres do partido. As ideológicas representam a alma do PL e dos valores dos movimentos internacionais da extrema-direita. Mas o partido também conta com mulheres que entram na política por interesses dos maridos, com militares que talvez num outro momento político não fossem eleitas e, por fim, por mulheres que necessitam de votos para ocuparem cargos políticos e para isso têm que se associar a lideranças que têm votos como Lula ou Bolsonaro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do material da pesquisa com a deputadas federais em exercício do PL na 57^a legislatura permite concluir que os valores e as ações dessas legisladoras representam ameaças aos direitos de minorias, conquistados com o apoio dos movimentos feministas, inclusive no que diz respeito à liberdade e autonomia das mulheres. Este trabalho apresentou modos de defesa dos ideais antifeministas e antidemocráticos pelas deputadas do PL, sem considerar o trabalho legislativo, mas apenas as trajetórias, os valores defendidos e algumas ações públicas interpretadas como contrapúblicos, em reação a direitos conquistados pelas feministas. No entanto, os resultados da pesquisa também indicam que nem todas as deputadas comungam integralmente das ideias reacionárias, mas estão no PL porque os caminhos da centro-direita parecem estreitos nesses tempos de polarização.

Há diferenças entre os grupos dessas deputadas, as mais conhecidas operam em várias frentes, exercendo papel primordial na divulgação dos valores reacionários e na conquista de novas seguidoras. Contudo todas têm função importante, as militares fortalecem a defesa do endurecimento penal, do anticomunismo, da ordem e do progresso; as esposas convencem sobre o lado doce e feminino do bolsonarismo. As não radicais explicitam podem conquistar votos na carona de líderes extremistas e, mesmo não propagando propostas reacionárias, contribuem para consolidar esse movimento radical.

Este artigo contribui na ponderação sobre os processos de radicalização da política no Brasil nos últimos anos, explanando como mulheres com discurso neoconservador se apoderam de mecanismos conquistados pelas feministas para sufocar a batalha pelos direitos das mulheres e de outras minorias. A clivagem que acompanha esse processo radical termina por fragilizar os campos de centro, promovendo, inclusive, situações em que lideranças de centro-esquerda não possam se aliar ao campo da esquerda para não perder votos, em razão dos estigmas hoje atribuídos a esse campo. Essas conclusões lançam questões sobre a necessidade de os movimentos progressistas elaborarem estratégias para resistir ao avanço do extremismo e manter consigo setores de centro e da centro-esquerda, ampliando o campo de aliados na luta por direitos e, sobretudo, pela continuidade da democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2023) 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP. <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>
- ARAÚJO, Clara. (2001) Participação política a gênero: algumas tendências analíticas recentes. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, [S. l.], n. 52, p. 45–77. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/238>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. (2020) In. BIROLI, Flávia, VAGIONE, Juan Marco, MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. SP: Boitempo, p. 135-188.
- BONET-MARTI, Jordi. (2021) Los antifeminismos como contramovimiento: una revisión bibliográfica de las principales perspectivas teóricas y de los debates actuales. *Teknocultura. Revista de cultura digital y movimientos sociales*, v. 18, n. 1, p. 61-71, <http://dx.doi.org/10.5209/TEKN.71303>
- BROWN, Wendy. (2019) *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. SP: Editoria Filosófica Politeia.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. (2019) Homeschooling ou educação no lar. *Educação em revista*, Belo Horizonte, V. 3, e219798 <https://doi.org/10.1590/0102-4698219798>
- FERNÁNDEZ, Marta Cabezas, PICHEL-VÁZQUEZ, Alexandre, & GRAU, Begonya Enguix (2023). El marco “antigénero” y la (ultra)derecha española. Grupos de discusión con votantes de Vox y del Partido Popular. *Revista De Estudios Sociales*, v. 85, p. 97-114. <https://doi.org/10.7440/res85.2023.06>

- HORST, Cláudio Henrique Miranda e ALVES, Luiza Duardo Torres. (2024) Familismo e extrema direita. *Argumentum*, Vitória, V.16, N.1, p. 71-84.
- SILVA, Mayra Goulart da; CHAVES, Vanilda; BARBOSA, Laura. (2023) Mulheres eleitas e capital político familiar na Câmara dos Deputados: uma análise da 56ª legislatura (2019-2023). *Sociedade e Estado*, [S. l.], v. 38, n. 01, p. 95–124. DOI: 10.1590/s0102-6992-202338010004.
- FERNANDEZ, Marta Cabezas.; SOLÍS, Cristina Vegas (2022). Neoliberalismo autoritário, politicización religiosa y nuevas derechas. In: Marta Cabezas Fernández, Cristina Veja Solís (eds). *La reacción patriarcal: neoliberalismo autoritário, politicización religiosa y nuevas derechas*, p. 11-46.
- FRIEDMAN, Elizabeth Jay; TABBUSH, Constanza (2019). Contesting the Pink Tide. In: FRIEDMAN, Elizabeth J. (Ed.). *Seeking Rights from the Left*. Gender, Sexuality, and the Latin American Pink Tide. Durham and London: Duke University Press, p. 7-53.
- INOCÊNCIO, Adalberto Ferdnando e GALETTI, Camila Hildebrand (2021) Neoconservadorismo moral na agenda política das novas direitas. *Revista desigualdade & diversidade*, N. 21, p. 118-135.
- INSTITUTO SOU DA PAZ (2024). O papel da arma de fogo na violência contra a mulher. SP: Instituto SoudaPaz. <https://lp.soudapaz.org/mulheres#rd-box-ltootxff/>
- MARSICANO, Ana Carolina de Oliveira; BURITY, Joanildo Albuquerque. (2021) Aborto e ativismo “pró-vida” na política brasileira. *Plural*, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 1, p. 50–79,.DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2021.176982.
- MIGUEL, Luís Felipe; MARQUES, Danuza; MACHADO, Carlos (2015). Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados, *DADOS*, Rio de Janeiro, vol. 58, n. 3, p.721-747. <https://doi.org/10.1590/00115258201557>
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (2014). Introdução. In. ____ (orgs) Teoria política feminista: textos centrais. Niterói: EDUFF, p. 7-53.
- _____. (2013) *Feminismo e política: uma introdução*. S.P Boitempo.
- OLIVEIRA, Erick Cruz Padilha de; OLIVEIRA, David. (2021) Fundamentalismo religioso: uma chave para entender o programa “Escola sem Partido”.*Plural*, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 1, p. 259–278. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2021.179875.
- PATEMAN, Carole (1993). *O contrato sexual*. SP: Paz e Terra.
- PEREIRA, Camilla; COUTINHO, Caroline (2019). A Extrema Direita adiciona o Neoliberalismo: o papel das mídias sócias no atual cenário político. *Caderno de Relações Internacionais*. PUC-RJ. Edição Especial Crise da Democracia Liberal e Pensamento nas Relações Internacionais. Vol. 2, p. 4-24.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther; MEDEIROS, Jonas (2021) *The Bolsonaro paradox: public sphere and right-wing counterpublicity in contemporary Brazil*. Brazil; Switzerland: Springer.

ROCHA, Camila e MEDEIROS, Jonas. (2021) Jair Bolsonaro and the dominant conterpublicity. *Brazilian Political Science Review*, v. 15, N.3 e004, p. 1-20.

SPONHOLZ, Liriam (2020). O papel dos discursos de ódio (online) na ascensão da extrema direita. *Confluências*: Niterói- RJ. V. 22, n. 3, p. 220-243.